



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2017**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, na sala de sessões da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, reuniu pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia dezassete de fevereiro, presidida pelo senhor João Manuel Rijo Dionísio, Presidente da mesma, com a seguinte ordem de trabalhos:

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

- A preencher nos termos do Regimento

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 1 – Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
- 2 – Primeira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2017;
- 3 – Proposta de Transferências para as Freguesias/Uniões de Freguesia para atividade corrente e investimentos.

Iniciada a sessão, o senhor Presidente da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificada a ausência da senhora Susana Isabel Prelhaz Martins, substituída pelo senhor Filipe Manuel Esteves Carvalho, do senhor António Manuel Creado Inácio Geraldes, substituído pela senhora Graça Maria Ferrer Pires, do senhor Manuel da Fonseca Monteiro, substituído pelo senhor Hélder Manuel Henriques Pintado, do senhor Pedro Miguel Moreira Ribeiro, do senhor António Francisco Bentes Gil, substituído pela senhora Maria de Lurdes Santos Quaresma Boavida, do senhor João Malhadas Moreira, substituído pelo senhor Lourenço Malhadas, do senhor Vitor Manuel de Jesus Mascarenhas, Presidente da União de Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes, substituído pelo senhor João José da Silva Couchinho e do senhor Joaquim Manuel Correia Chambino, Presidente da Junta de Freguesia de Rosmaninhal, substituído pela senhora Maria da Piedade Folgado de Brito Gonçalves.

As ausências verificadas estão todas justificadas

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão dos assuntos inseridos na ordem de trabalhos.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

O senhor Presidente deu conhecimento da correspondência recebida, realçando uma carta do munícipe Luís dos Santos Robalo Salgueiro, que por sinal também foi enviada aos representantes dos grupos municipais desta assembleia e relativa ao assunto da retirada da placa toponímica colocada na entrada e saída com os dizeres de “Vila da Zebreira”. Terminada a leitura da carta informou que iri responder ao munícipe no que concerne à toponímia das placas, mas entretanto já tive uma conversa informal com o senhor Presidente da Junta de Freguesia relativamente a este assunto e não ao teor das cartas porque só agora tive conhecimento, que entretanto já terá explicado ao senhor o que se passa com este assunto. Seguidamente informou que a correspondência ficava ao dispor dos senhores deputados para consulta.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

Terminada a leitura da correspondência disse que como é do conhecimento dos senhores deputados realiza-se hoje uma feira em Proença-a-Velha e que todos os anos se realiza pela altura do carnaval e a senhora Presidente da Junta de Freguesia convida todos os membros presentes, que queiram obviamente, a juntar-se a ela para um almoço na sua freguesia, depois da assembleia.

Seguidamente e dado que foi enviada aos senhores deputados a versão provisória da ata número vinte e dois da sessão ordinária realizada no dia vinte de dezembro de dois mil e dezasseis, solicitou aos senhores deputados se tinham algo a alterar à mesma.

Não havendo pedidos de emenda à ata, o senhor Presidente da Assembleia informou que dos senhores deputados presentes não podiam votar a ata em apreço, Filipe Manuel Esteves Carvalho, Maria Fernanda Simões Soares, João Luís Marques Rego Geraldês, Adalgisa Patrícia Mendes Leitão Dias, Maria de Lurdes Santos Quaresma Boavida, Zélia Maria Martins Leitão Curto, João José da Silva Couchinho e Maria da Piedade Folgado F. de Brito Gonçalves, em virtude de não terem estado presentes na sessão do dia vinte de dezembro de dois mil e dezasseis.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia submeteu a ata a votação tendo sido a mesma aprovada por MAIORIA, com um voto de abstenção por parte do senhor deputado Paulo Fernando Ribeiro de Mendonça Batista.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra por parte dos senhores deputados.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado João Geraldês que disse que “esta minha intervenção irá ter duas exposições ao senhor Presidente e ao executivo, duas questões e duas moções. Na apresentação das moções que a bancada do Partido Socialista proponho que depois de apresentadas não devem ser de imediato votadas a fim de dar oportunidade aos senhores deputados das outras bancadas de poderem discutir ou propor alterações às mesmas.

A bancada do partido socialista vem congratular-se com a apresentação da candidatura do atual Presidente da Câmara de Idanha-a-Nova às eleições autárquicas que se avizinham. Esta decorreu no pavilhão desportivo de Idanha-a-Nova em que contou com mais de mil pessoas. Os habitantes do concelho, estou certo, vão depositar a confiança do seu voto no senhor Presidente da Câmara, e vão depositar essa confiança porque o senhor presidente resolve e defende o interesse da população do concelho de Idanha-a-Nova todos os dias. Exemplo disso, temos o encerramento da escola de Monsanto onde o executivo fez tudo o que estava ao seu alcance para denunciar o caso e agora abriu. Em relação à central de Almaraz o senhor Presidente da Câmara foi um dos autarcas que falou no programa prós e contras da RTP sobre o perigo que esta central traz para o nosso concelho. A forma de fazer política do senhor presidente é diária e não é a forma de fazer política nos últimos quatro meses antes das eleições.

A primeira questão que tenho a colocar é sobre a casa Marrocos em Idanha-a-Velha. Dia dois de fevereiro o senhor Ministro da Economia, o senhor Ministro da Cultura e a senhora Secretária de Estado do Turismo estiveram no nosso concelho, coisa habitual neste governo socialista a visita de ministros ao nosso concelho. O senhor Ministro da Economia disse que esta autarquia foi a primeira a avançar no âmbito do programa “Revive”. Foi feito um acordo de entendimento entre o Estado, o Turismo de Portugal e a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova para o aproveitamento turístico da casa Marrocos que será transformada em hotel. Senhor Presidente de quem é a casa Marrocos? Se têm existido agentes privados interessados em investir no turismo no nosso concelho? A segunda



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

questão refere-se com a descentralização. Foi aprovado dia dezasseis deste mês de fevereiro uma proposta de lei sobre a descentralização do Estado. Tivemos uma descentralização feita pelo anterior governo, essa descentralização bem diferente desta. Essa tinha como base o fecho de escolas, de juntas de freguesia e de tribunais. Este governo vai fazer uma verdadeira descentralização, a meu ver, na saúde as câmaras vão gerir os equipamentos de saúde, no ensino as câmaras vão ser responsáveis pela manutenção e construção de equipamentos escolares e pela gestão de pessoal não docente. No património as câmaras vão gerir os equipamentos culturais devolutos. Entre outras questões que existem sobre a descentralização, exemplo, os edifícios do Estado sem utilização no nosso concelho e dou exemplo de dois, o centro de formação do Couto da Várzea e a Herdade do Ribeiro do Freixo. Esses dois centros, estou certo e porque tenho falado com o senhor Presidente, se estivessem sobre a alçada da Câmara Municipal algo já tinha sido feito nesses dois edifícios. Por isso gostava de saber senhor Presidente, qual a sua opinião como presidente e estando na Associação Nacional dos Municípios Portugueses sobre a descentralização. De seguida passo a apresentar as duas moções, as quais farão parte integrante da ata da sessão, sendo a primeira sobre a harmonização dos preços praticados pela empresa SUMA na recolha e tratamento de resíduos e a segunda sobre a situação da Central Nuclear de Almaraz, em Espanha, solicitando que as mesmas sejam enviadas para o senhor Ministro do Ambiente.”

Terminada a intervenção do senhor deputado o senhor Presidente da Assembleia informou que as mesmas serão votadas no período da ordem do dia e se alguns dos senhores deputados as quiserem abordar fá-lo-á.

De seguida deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse querer entregar à Mesa duas moções intituladas “Pela defesa do Rio Tejo” e “Transferência de competências”.

Entregues as moções à Mesa, o senhor Presidente da Assembleia de seguida leu as moções informando que as mesmas farão parte integrante da ata desta sessão e que como disse anteriormente as mesmas também serão votadas no período da ordem do dia.

De seguida deu a palavra ao senhor deputado Paulo Batista que disse que “sobre as duas moções, e respondendo ao único pedido que foi feito por parte do grupo municipal do partido socialista parece-me não encontrar qualquer inconveniente em que possa desde já manifestar aqui o sentido de voto e obviamente este tipo de moções apresentadas desta forma, salvaguardando que da leitura decorreram alguns erros, porque quando se falou em valores, provavelmente falar-se-ia em percentagem e eu atentei às palavras corretivas do senhor Presidente da Câmara, portanto nós iremos votar estas duas moções, pela forma como foram apresentadas e pelos assuntos que achamos francamente pertinentes, iremos votar favoravelmente as duas.

Quanto ao período antes da ordem do dia, eu estive na apresentação, muito simpática que aqui foi feita na ESGIN, sobre Idanha+ Negócio e tive também o grato prazer de ouvir alguns dados que me apraz reconhecer que são favoráveis para o desempenho dos municípios e dos empresários que aqui queiram trabalhar no concelho de Idanha. Há naturalmente algumas coisas que gostaria de perguntar, não sei se agora se mais tarde, porque estamos perante a única assembleia do ano em que não temos propriamente uma agenda muito carregada e portanto, permite-nos, às vezes, estar aqui muito tempo que também não é bom para ninguém, portanto vou cingir-me ao essencial fazendo algumas perguntas.

Senhor Presidente da Câmara gostava de lhe fazer perguntas concretas e que o senhor fizesse o favor de se não esquecer de responder a todas, porque às vezes perdemo-nos, e por isso gostava de lhe perguntar sobre o que



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

é que aconteceu sobre a relação que havia com a senhora Cristina Rodrigues, escultora e artista plástica que foi muitas vezes aqui mencionada pelo senhor presidente e que parece ter agora um diferendo judicial com a câmara e eu pergunto se tem um diferendo ou não e porque é que o têm? Falou-se aqui da Casa Marrocos e eu naturalmente da Casa Marrocos tenho a dizer que a aquisição da Casa Marrocos foi aqui votada na assembleia e sobre isso não tive qualquer intervenção nessa votação, pedi escusa de voto, mas critiquei o facto de ser comprado um edifício com um custo de manutenção elevado e apenas a justificação que encontrei foi que havia um propósito para ele. E o propósito que havia sempre foi dito que seria numa utilização no imediato e a utilização no imediato decorreu nove anos depois. Faz agora dez anos que a Casa Marrocos foi comprada e só agora, passado este tempo, é que encontramos uma solução, mas não é uma solução própria, é uma solução em que entregamos a Casa Marrocos ao Estado para que o Estado promova a Casa Marrocos, apesar de toda a ação promotora que nós temos no concelho de Idanha feito por esta Câmara Municipal e é um património que é da câmara municipal, uma vez que foi adquirido pelo município, e que vai ser entregue a outros. Portanto, quais são as contrapartidas que há? Porque quer queiramos ou não atentem a que aquisição da Casa Marrocos é uma despesa de capital e nos orçamentos entra como despesa de capital, todos os anos está como despesa de capital e isso faz com que o diferencial entre a despesa de capital e a despesa corrente seja favorável ao município, para que no final possamos dizer, afinal compramos mas não é nosso e por isso é um assunto que gostaria de ver explicado melhor.

Senhor Presidente foi comprado um novo imóvel a “discoteca centro dois” aqui em Idanha pelo valor de duzentos e setenta mil euros e se os números que eu tenho não são corretos, faça o favor de me corrigir, e gostava de perguntar, quem é que fez esta avaliação para valer este valor, e porquê e para quê a compra da discoteca para o município? Será que o senhor Presidente na altura terá dito que será para entregar a uma associação cultural e parece-me muito bem, e não há mais espaço sendo necessário afetar duzentos e setenta mil euros para se comprar esse espaço e a avaliação desse espaço gostava de os entender, não digo que é muito, que é pouco mas digo que não entendo e por isso gostava de perceber.

Gostava de lhe falar também de uma situação que me parece ser de saúde pública e que tem a ver com a quantidade de palmeiras de uma determinada variedade que estão a ser afetadas por uma larva transportada por um inseto e que se propaga a uma velocidade extraordinariamente grande. É natural que havendo um gabinete técnico florestal, um gabinete de proteção civil, que haja até um veículo da proteção civil e veículos vários que percorrem o concelho que seja feito, ou diretamente pela Câmara Municipal, ou indiretamente pelas juntas de freguesias de um levantamento da quantidade de árvores que estão a ser afetadas por esta larva para que possam tomar medidas de abate, recolha, corte, e naturalmente ninguém que seja a expensas do município, porque cada qual terá de arcar com as suas responsabilidades, mas não seria natural também que alguma coisa já tivesse sido feito? Eu sei que já foi feita alguma coisa, mas foi muito direcionado, como por exemplo o caso da ESGIN e também em Oledo, na casa de um particular, mas não sei se já foito mais alguma coisa.

Senhor Presidente relativamente ao Couto da Várzea temos falado muito dele e no enorme sucesso que tem sido, mas foi feito o concurso para atribuição, alocação, distribuição das casas da Várzea mas elas ainda não estão habitadas porquê?

Senhor Presidente, decorrem umas obras na escola de Oledo desde novembro e não encontramos, até à data, registo destas obras, que obras são estas e em que consistem?



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

Queria fazer-lhe uma outra pergunta relativamente ao Gabinete de Apoio de que já falámos que existe na incubadora de empresas e gostaria de saber se as pessoas que estão neste gabinete são quadros da Câmara Municipal e o que é que fazem efetivamente. Se direcionam ou se chamam a si a responsabilidade de executar os projetos.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado José Claro que disse que “esta minha intervenção hoje aqui nesta assembleia prende-se com três acontecimentos que passo a citar: em primeiro lugar prende-se com o facto do nosso conterrâneo e amigo Rui Esteves ser escolhido pelo atual governo para assumir o cargo de Comandante Operacional da Autoridade Nacional da Proteção Civil, um homem que vem ser vindo a Idanha, desde muito jovem, fez uma vida simples, subiu a pulso e agora chega a este alto cargo a nível nacional. Oxalá que tudo corra de feição a Rui Esteves e acho que é o desejo de todos os idanhenses. Em segundo lugar tive conhecimento que a Polícia de Segurança Pública e a Marinha Portuguesa, no arquipélago dos Açores, também está a ser comandada por pessoas do nosso concelho, nomeadamente Poças Correia e Almirante Valentim, o que é de louvar também desejando-lhes as maiores felicidades para o desempenho das suas missões. Em terceiro lugar um acontecimento já esperado por todos os portugueses, o falecimento de Mário Soares. O País quase parou, e eu sabia que o País quase parava, para saberem ainda mais de Mário Soares. Para quem não conhece a vida e a história de Mário Soares ainda está a tempo. Existem muitos escritos que o podem testemunhar. Tive o privilégio de estar no funeral deste senhor que conhecia pessoalmente, sabia da sua grandeza, mas estava muito longe de pensar que Mário Soares fosse tão grande, não só a nível nacional, como a nível mundial. Vi dentro dos claustros dos Jerónimos todas as figuras da vida pública e política nacional, delegações sem fim, de quase todos os continentes e vários chefes de governo de países nossos amigos. Mário Soares não foi, como alguns dizem, o pai da democracia portuguesa, mas foi sem dúvida a figura mais importante e emblemática antes e após o 25 de abril. Poucos países conheciam Portugal politicamente, conheciam sim Mário Soares e Álvaro Cunhal, estes dois senhores é que conheciam a situação política porque eram os únicos políticos profissionais. Cá dentro, também um senhor fazia levantar a sua voz, Sá Carneiro, mas esse era fácil de mandar calar tanto que logo que pode, formou o PPD mais tarde chamado PSD. Cunhal exerceu o cargo de Ministro sem Pasta, foi conselheiro de Estado, dirigente político, deputado na Assembleia da República, e pouco mais, e um lutador. Mário Soares não, Mário Soares representou-nos e apresentou-nos quase em todo o mundo. Era ele o carismático político português, foram os seus conhecimentos em França, na Alemanha, na Suécia, em Espanha, na Grécia, em Itália, no Reino Unido e em tantos outros países que nos tiraram deste isolamento. Desempenhou os mais altos cargos da Nação Portuguesa com mérito, lealdade e patriotismo. O povo português jamais o esquecerá. Mesmo já de idade avançada candidatou-se à Presidência da República, não era pela sede do poder mas sim pela não eleição de Cavaco Silva, porque ele sabia que Cavaco não dava cavaco a ninguém e nem dava alegrias ao povo português. Agora que já saiu só se lembra das quintas feiras, já não se lembra do resto, se tivesse estudado bem a lição não andava agora a vender livros de defesa pessoal e de vingança política. Termina como comecei esta minha intervenção, de agradecimento ao ouvir da boca do atual Presidente da República que o novo aeroporto do Montijo se passe a chamar Aeroporto Mário Soares.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse que “relativamente à carta do cidadão Luís Salgueiro enviada à



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

Asssembleia, também a câmara recebeu uma cópia e como já se disse bastantes vezes, não é o executivo que muda as placas em estradas nacionais, mas já comunicamos ao município qual a posição do executivo e que não difere muito daquilo que aqui foi dito sobre o assunto.

Relativamente às questões levantadas pelos senhores deputados João Geraldês e Paulo Batista sobre a Casa Marrocos, a casa foi comprada pela câmara e portanto é propriedade da Câmara Municipal estando registada no nosso património e o que tivemos agora e que conseguimos foi junto do governo e deste programa, que é o programa REVIVE, que tem um funco de cento cinquenta milhões de euros que é para aproveitar edifícios classificados a nível nacional, quer sejam propriedade da administração central quer sejam propriedade das autarquias, como é o nosso caso, e que estejam situados em áreas classificadas e os edifícios eles próprios classificados, e aí poder-se fazer um concurso público, cujo objetivo é que os privados possam concorrer a este concurso público para a transformação destes espaços em unidades hoteleiras. Foi o que nós aproveitamos para Idanha-a-Velha e já temos um processo muito adiantado em termos de projeto de arquitetura, levantamentos arqueológicos e isso permitiu que fossemos dos primeiros no programa REVIVE a podermos beneficiar do programa. Agora vamos fazer um concurso público e que o vai fazer é a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e obviamente que o protocolo que fizemos foi para que as diferentes direções gerais, do orçamento, do património e do turismo de Portugal nos deem apoio em termos jurídicos e outros para que este concurso público internacional possa ser feito. Portanto este é o processo que está a decorrer, mas o edifício é da câmara e será sempre da câmara.

Falou-se da descentralização, e há aqui uma moção apresentada pela CDU e que os senhores deputados irão votar, quero realçar o aspeto importante, primeiro que há um governo que tem a coragem de fazer esta descentralização, de discutir a questão da descentralização do país, e que vem no seguimento de uma discussão pública como sabem sobre a questão das assimetrias que em Portugal existem e que são absolutamente gritantes e entende-se que a descentralização é uma forma de reformar o Estado e melhor chegar políticas públicas às populações. Também entendemos isso e congratulamo-nos com o facto da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que tem como sabem câmaras dos diferentes partidos políticos e por unanimidade ter decidido em conselho geral, do qual a Câmara de Idanha faz parte, estar de acordo com o processo da descentralização. É evidente que haverá pormenores que depois discutiremos entre a ANMP e a administração central, nomeadamente as questões do financiamento que aqui na moção são bem referenciadas, mas o princípio da descentralização para nós é absolutamente fundamental, e portanto congratulamo-nos com um governo que entendeu abrir este processo e discutir isto tendo em conta as questões da educação, da saúde, da segurança e outras não menos importantes para regiões como a nossa.

Também foi falado aqui a questão do centro de formação da Várzea e do Ribeiro do Freixo, mas é público que nós tentámos nos governos anteriores e com o atual continuamos a tentar que possamos ter aqui um papel importante enquanto administração local poder gerir um conjunto de infraestruturas, que o poderemos fazer melhor, nós que estamos no local, do que a administração central e por isso continuamos a nossa intenção que manifestamos a este governo através do Ministério da Agricultura.

Relativamente Obviamente sobre as moções aqui apresentadas, nomeadamente sobre a VALNOR e a estação nuclear de Almaraz, a VALNOR é algo que nós estamos absolutamente descontentes, e aqui estamos a



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

falar dos vinte e cinco municípios que em conjunto estão a tomar posições públicas e é inconcebível que haja municípios do litoral que da mesma empresa privatizada em que os cidadãos pagam catorze euros por tonelada e nós irmos a pagar setenta euros. Na zona de Setúbal pagam catorze euros a tonelada e nós setenta euros, obviamente não podemos admitir isso, podem-nos apresentar as contas que quiserem e estamos a falar da mesma empresa e nós vivemos num país em que os cidadãos deste território não podem e não devem pagar mais que outros de regiões mais populosas. Ao quererem imputar isso às câmaras estão a querer que imputemos esses custos aos nossos munícipes e nós não aceitamos isso e por isso foi clara a posição dos vinte e cinco municípios que foi devolver este processo e as faturas e obviamente apelamos ao governo para se tomem medidas relativamente a isso. Mas nós não podemos aceitar esta situação que tínhamos avisado que iria acontecer quando foi da privatização pelo governo anterior e tínhamos avisado que entre termos uma empresa, a VALNOR, que até nos distribuía rendimento anualmente, passamos a crescimento de noventa por cento nos custos de transformação, o que é absolutamente impossível que os munícipes destes territórios paguem a uma empresa que resolve ter lucros e porque temos menos habitantes temos que pagar mais do que os outros que vivem no litoral e na grande zona de Lisboa e Porto.

Quanto a Almaraz também a nossa posição é clara e tem sido público que é Portugal e a nossa região não teve a opção da energia nuclear e por isso não podemos ficar com prejuízos de um outro país que optou de o fazer, mas nós é que estamos a ter as consequências dessa opção de outro país. Isso não é possível e na altura quando foi instalada a central nós não podíamos opinar, hoje podemos dizer que a vida útil de Almaraz é até dois mil e vinte e já está nos limites dos limites, não é possível nós aceitarmos a sua continuidade e para nós a posição é clara, que é não aceitar a sua continuidade para além de dois mil e vinte.

Relativamente ao assunto da senhora Cristina Rodrigues digo que a câmara municipal obviamente ao longo do ano vai tendo relações com fornecedores de diferentes áreas e portanto nestas relações existem um conjunto de regras na administração pública que nós temos que cumprir e portanto com todas estas relações, de vez em quando, e não é só com este caso, há outras situações em que nós temos conflitos que depois os tribunais resolverão em último caso. E nós estamos cá para defender os interesses que entendemos que são públicos e que são do município.

O imóvel em Idanha-a-Nova, mais conhecido por discoteca, nós não compramos nenhuma discoteca, compramos um imóvel como temos comprado outros e como temos ajudado as nossas associações a encontrarem as suas instalações, e não adquirimos nenhum imóvel ou terreno que não seja devidamente avaliada por técnicos e com as avaliações que estão no momento, uma avaliação feita agora é diferente de uma avaliação feita à dez anos, e é com base nessas avaliações que nós depois decidimos optar e fazer a negociação com quem quer vender e nós que queremos comprar e queremos comprar sempre com este interesse de querer albergar, neste caso a associação AJIDANHA que tem tido um percurso absolutamente notável a nível internacional, para a semana vão para os Estados Unidos, que começou com teatro, mas hoje faz cinema e um conjunto de atividades envolvendo a gente jovem do concelho de Idanha. E portanto as instalações que tem atualmente, que são na Junta de Freguesia de Idanha-a-Nova já não comportam as condições que a associação necessita e em conjunto encontrou-se ali uma solução que para eles seria excelente e por isso mesmo adquirimos o imóvel.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

O corte de palmeiras é um problema que os nossos serviços do gabinete florestal acompanha e as soluções detetadas temos agido e o objetivo é que as nossas juntas de freguesia e outras situações que existam nos deem conhecimento para podermos agir e atuar no mais curto espaço de tempo possível para que não haja disseminação e para que possamos de uma forma preventiva evitar que haja maiores prejuízos.

As casas da Várzea obviamente que foi feito o concurso mas entretanto temos um contrato com a administração pública e estamos à espera que o Ministério da Agricultura nos permita seguir com este processo para atribuir as casas de uma forma definitiva.

O gabinete de apoio no centro empresarial tem um conjunto de regras e todos os que estão identificados no programa Recomeçar têm todo o apoio do Centro Empresarial cujo objetivo não é fazer concorrência às empresas consultoras, mas pelo contrario serviremos sempre de informação sobre os diferentes programas numa estratégia de eficiência coletiva e portanto o próprio centro poderá concluir alguns projetos se alguém assim o quiser e por isso existe uma tabela para depois ser paga.

A obra na escola de Oledo surge de um protocolo que fizemos com a Junta de Freguesia de Oledo e portanto estão a ser feitos melhoramentos nesse sentido pela Junta de Freguesia.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia disse estar encerrado o período antes da ordem do dia, pelo que se passou de imediato à discussão dos assuntos inseridos no

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

O senhor Presidente da Assembleia disse que queria ouvir a opinião dos senhores deputados sobre uma proposta que vou fazer sobre uma simples homenagem à nossa deputada Joana Rossa que foi eleita para a Ordem dos Arquitetos e parabéns por isso e é com muito gosto que temos e que tudo lhe corra bem no desempenho das suas funções.

Também tenho aqui uma mensagem para enviar ao senhor Rui Esteves em função também do considerando que foi feito pelo senhor deputado José Claro e que diz o seguinte: *“A Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, reunida em sessão ordinária no dia 25 de fevereiro de 2017, congratula-se pela nomeação do senhor Rui dos Santos Esteves, nosso anterior Comandante do CDOS de Castelo Branco, município de Idanha-a-Nova, para Comandante Nacional Operacional da Autoridade Nacional de Proteção Civil e desejar-lhe as maiores felicidades no desempenho do difícil e exigente cargo”*.

Este é um voto de congratulação que submeto à votação dos senhores deputados ou algum considerando que entendam fazer sobre o mesmo.

Submetido à votação o mesmo foi aprovado por UNANIMIDADE.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

**PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.** – O senhor Presidente informou que estava aberto o período de inscrição dos senhores deputados a fim de usarem da palavra. Terminado o mesmo, o senhor Presidente deu a palavra à senhora deputada Adalgisa Dias que disse que “foi com uma enorme satisfação que tive a oportunidade de assistir a um





**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

evento que já foi aqui referido e que ocorreu na passada quinta-feira e tem o nome de Idanha+ Negócio3, portanto já vai na sua terceira edição. Todos teremos recebido em casa o convite e isso também agradeço e é de referir apenas que é uma iniciativa que se tem revelado estruturante para aproximar os empresários locais das mais diversas áreas de negócio. A sua estrutura que eu tive a oportunidade de ver e participar permite criar áreas de discussão uma vez que após os painéis temáticos, que também são muito breves, existe oportunidade dos participantes de trocarem as suas opiniões em salas temáticas e assim encontrarem eles próprios, os empresários, pontos de encontro e estabelecer estratégias comuns. Nesse evento foi também apresentado um projeto muito ambicioso e quero felicitar a autarquia por esse projeto apresentado no evento Idanha +Negócios 3, que é a plataforma Idanha.pt. Esta plataforma, tenho a certeza que se revelará uma ferramenta indispensável para todos os produtores e serviços disponíveis no concelho, numa plataforma de leitura global. Foi feito ainda o balanço da participação em dois eventos internacionais, cuja participação local foi altamente impulsionada pelo município, e estou a falar do Mercado de Natal de Estrasburgo e da BIOFAC.

Portanto tive a oportunidade de ouvir de viva voz, por testemunho de alguns dos participantes que ambos os eventos tiveram bastante sucesso, não só pela qualidade do programa cultural subjacente, mas também pela oportunidade de negócios para o território.”

Terminada va intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Batista que disse que “ sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município, não é com um mês e pouco de histórico que nós teremos muito para dizer, poderemos falar aqui sobre duas ou três notas apenas que carecerão de alguma explicação para nós, mas já agora senhor Presidente queria aproveitar, voltando um pouco atrás e penso que se enquadra também nisto e não querendo abusar da simpatia da mesa, qual será a retribuição que o Município de Idanha-a-Nova receberá pela utilização da Casa Marrocos que está previsto vir a receber. Isso é uma coisa que nos parece importante também como temos despesa, convém também pensarmos um pouco na receita que isso terá.

Sobre a informação e relativamente ao Mercado de Natal de Estrasburgo até agora sempre vi a apresentação como uma vantagem enorme, isto apresentado pelas pessoas que foram lá. Por isso gosta que algum dia fossem apresentados os resultados do valor que terá permitido, embora aqui seja um pouco complicado porque os valores que aqui são apresentados muitas vezes são valores que nós não vemos na prática serem reais, de outras coisas e por outras pessoas e não me refiro às contas do Município, mas as pessoas veem aqui dizer que tiveram imensos benefícios, no computo geral para o Município de Idanha eu gostaria de saber o que é que isso poderia representar em termos de valor. Num futuro mais próximo sobre isso falaremos.

Há aqui uma participação na FITUR e eu gostava de saber em que moldes é que foi feita essa participação e gostava de falar numa coisa que não vem aqui, mas que já foi e aproveitando a iniciativa da senhora deputada Adalgisa, tem a ver com a BIOFAC. Senhor Presidente é a terceira vez que eu falo aqui, que me lembre, da importância fundamental por existir neste concelho por iniciativa privada e de empresários a existência de uma associação chamada BIORRAIA. É a maior associação de agricultora biológica do país, é reconhecida internacionalmente. Quando é que no senhor Presidente fará contatos com a BIORRAIA e através dela para que produtores de carne biológica, de produtos biológicos, de hortícolas e de frutos, também acompanhem. É que eu vi



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

ali a apresentação e quer parecer-me que para a BIOFAC já houve repetições e que há muita gente que fica de fora precisamente por não saber que tem esta oportunidade. Como deve saber os produtores biológicos mais antigos são sempre convidados para ir à BIOFAC e para se apresentarem lá, mas de qualquer das maneiras seria francamente interessante que o senhor passasse a comunicar com a BIORRAIA mais nesse sentido que me parece francamente pertinente uma vez que estamos todos com vontade de caminhar no mesmo sentido.

Senhor Presidente temos aqui um prazo médio de pagamentos dos documentos credores de trinta e quatro dias, eu não vou pedir a que nenhum chefe de divisão venha aqui justificar, mas de qualquer das formas refiro os trinta e quatro dias, que é mais de um mês. Sobre a receita e a despesa, antigamente eu ouvia aqui sempre quando era um governo do PSD que havia sempre atrasos porque o governo não disponibilizava verbas, pois obviamente aqui também estamos com níveis de execução na receita de dois virgula trinta e três por cento na receita de capital e que eu saiba, isto em termos percentuais no tempo que passa já deveria ser mais e não é um governo do PSD que está lá, se calhar a culpa não é dos governos é dos governantes.

Senhor Presidente quero perguntar-lhe concretamente o que é que diz respeito a prestação de serviços para a conceção dos elementos de comunicação gráfica para o evento Natal em Estrasburgo de quinze mil e oitocentos euros. E quero perguntar-lhe também esta prestação de serviços no âmbito do Mercado de Natal de Estrasburgo, em que é que se baseou para se ter refletido em setenta mil quinhentos trinta e cinco euros, isto tem a ver com viagens, estadias, idas e voltas, idas de famílias, o que é que tem isto? Gostava também de saber o que é esta impressão de folhetos turísticos do concelho de Idanha-a-Nova no valor de catorze mil, quatrocentos cinquenta euros. Também gostava de saber em que é consistiu a qualificação e modernização das antigas instalações do Jardim de Infância de Idanha-a-Nova para que venham aqui agora refletidos cento quarenta e oito mil, seiscentos setenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos que me parece um número extremamente grande e que naturalmente será justificável. As reparações diversas em edifícios municipais ao nível das infraestruturas elétricas, do Ricardo Joia, no valor de quarenta e oito mil euros estarão também naturalmente fundamentadas e eu gosta de saber em quê.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Mário Pissarra que disse que “ no passado dia vinte e um de fevereiro, neste mesmo salão, na presença de vários autores locais das áreas da saúde e de apoio social, assisti à apresentação pública do Plano Gerontológico que o município vai desenvolver para o concelho em parceria com o Instituto Politécnico de Castelo Branco e que visa ser um instrumento de apoio à tomada de decisões políticas municipais na área do envelhecimento. Para a sua operacionalização está constituída uma equipa por elementos da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, por docentes e alunos do IPCB que vão fazer o levantamento das necessidades da população do concelho relacionadas com o envelhecimento e identificar os recursos disponíveis e elaborar o diagnóstico, e por fim apresentar a proposta de intervenção.

Também nessa sessão foram anunciados mais dois projetos de âmbito da saúde e dos serviços administrativos. O da saúde refere-se à parceria que a Câmara Municipal vai desenvolver com a Fundação Álvaro de Carvalho e o Serviço Nacional de Saúde que em breve uma carrinha dotada dos meios necessários vai deslocar-



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

se a todas as freguesias do concelho de forma a sinalizar necessidades e envolver várias especialidades médicas, como oftalmologia, dermatologia e a cardiologia.

O dos serviços administrativos refere-se à parceria que a Câmara Municipal vai desenvolver com a agência para a Modernização Administrativa, que irá facilitar operações como a entrega de documentos da ADSE, o pedido do cartão europeu de saúde e doença ou a alteração de morada do cartão de cidadão, entre outros serviços disponibilizados.

Senhor Presidente da Câmara estas parcerias são uma mais-valia para a população e por isso felicito-o pelo empenho que tem tido, e estou certo que continuará a ter na procura das melhores soluções para as pessoas do concelho. Atendendo à importância destas parcerias pergunto para quando se prevê a sua operacionalização.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ a Casa Marrocos e no concurso público que faremos obviamente que haverá e para nós mais importante que o valor que o Município possa receber nessa adjudicação, está um projeto que seja bom, que seja significativo e que traga mais-valia para o território, que traga riqueza para o território, portanto e nessa perspetiva, aquilo que estamos a planear com o Turismo de Portugal e com estas direções gerais que nos dão apoio no concurso, será fazer um pré concurso para selecionar projetos que possam ser em si diferenciadores e que cumpram estes requisitos que para nós são muito importantes, e depois far-se-á o concurso final em que o preço daquilo que nos vão pagar é um dos elementos importantes. Sobre o Natal de Estrasburgo, os resultados obviamente e de algumas questões que o senhor deputado Paulo Batista aqui colocou, nomeadamente de concursos que nós fizemos, nós fizemos estes concursos e tivemos um financiamento por parte do Turismo de Portugal, daí que as questões das viagens, da logística foi muitíssimo grande e muito significativa e estes dois concursos que efetivamente fala, quer da área do design, quer da área de toda a logística foi feita e nós depois obviamente vamos ter uma comparticipação do Turismo de Portugal neste processo.

Relativamente às obras do Jardim de Infância, é uma das obras que está definida no nosso Plano de Ação de Reabilitação Urbana que foi definido com a CCDR e que vai no âmbito da nossa estratégia de qualificação dos nossos centros escolares.

A participação na FITUR já data do ano de dois mil e três, e nesse ano fizemos a primeira participação enquanto Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, depois criou-se a NATURTEJO e desde dois mil e quatro temos feito esta participação na FITUR sempre representando os nossos empresários de toda a área da NATURTEJO, sempre com uma particularidade nos últimos anos, somos nós que organizamos a participação.

A participação na BIOFAC, obviamente que se nós tivermos duzentos produtores, nós levamos duzentos produtores porque queremos que a participação dos produtores biológicos cada ano seja sempre superior ao do ano anterior, mas os produtores que vão à BIOFAC têm que ter uma condição, o produto deve estar devidamente embalado com os certificados de todo o processo de certificação. Certamente que alguns do produtores que estiveram presentes serão sócios da BIORRAIA, mas também a direção da associação deverá manifestar o seu interesse em participar em eventos conjuntamente com a Câmara Municipal.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

Relativamente aos prazos de pagamento certamente que desejaríamos que fosse menor, mas considero, em função do que se passa no país, que este prazo, não sendo ótimo, é bom. Quanto à execução, por estarmos no início do ano, é natural que seja baixa, mas nada de anormal.

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Assembleia passou ao

**PONTO NÚMERO DOIS: PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2017** – O senhor Presidente da Assembleia disse que estava aberto o período de inscrições para uso da palavra. Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta enviada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2017, tendo sido apurado o seguinte resultado

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: dois –Paulo Batista e Filipe Carvalho;

Votos a favor: vinte e quatro.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, DOIS VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ANO FINANCEIRO DE 2017.”**

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia passou ao

**PONTO NÚMERO TRÊS: PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA PARA AS FREGUESIAS/UNIÕES DE FREGUESIAS PARA ATIVIDADE CORRENTE E INVESTIMENTOS** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Batista que disse que “ a consideração que venho aqui fazer sobre esta dotação, como sabem desde sempre nós temos defendido que deve haver autonomia financeira e autonomia de decisão por parte das juntas de freguesia para executarem projetos no seu espaço. A forma como a câmara atribui estas verbas, uma vez que a autonomia financeira não é suficiente, cria-se uma dependência da Câmara Municipal, e a Câmara Municipal faz estas afetações de recursos de uma forma que não nos parece que seja a mais correta, nem pelas quantidades que deveria ser. Nós gostaríamos



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

que a autonomia fosse maior e que houvesse critérios claros para esta atribuição, porque aqui a forma como é feita esta atribuição é demasiado vaga, principalmente se considerarmos nas elevadas verbas que são afetadas por esta câmara para outras instituições que não as juntas de freguesia que entendemos serem o instrumento que mais próximo está das populações e que junto delas deve defender os interesses dos seus pares, razão pela qual iremos abster-nos na votação, não pelo facto de serem atribuídas verbas mas pela forma como o são e pela quantidade que consideramos exígua para a ambição que as juntas de freguesia devem ter.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “ em relação a este assunto queria fazer a seguinte sugestão, se não é possível, e devido a tantos anos de experiência, as freguesias reunirem-se com a câmara e no orçamento inicial ser logo feitas as dotações necessárias para a sua atividade durante o ano, porque de vez em quando as freguesias estão com problemas de emergência e as dotações que têm são reduzidas e não dão, por vezes, desenvolver os projetos que estão e por vezes pequenas coisas que é necessário fazer no momento.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “estas transferências para as juntas de freguesia, nós somos dos que defendemos muito esta proximidade das juntas de freguesia com as populações, daí que temos esta iniciativa de habitualmente e trimestralmente enviar um conjunto de verbas, que são obviamente do orçamento da câmara mas que reforçamos assim a autonomia, somos dos que defendemos que o Estado deveria fazer isto, e pensamos que na tal descentralização, na tal reforma que venha a vir isso seja tido em conta para que estas verbas sejam reforçadas pelo orçamento do Estado. Para além destas verbas que são atribuídas aqui, e que habitualmente até vêm no orçamento inicial da câmara, também temos um regulamento, que foi aqui aprovado, em que define que ao longo do ano algumas situações que aconteçam possam, para além destas verbas, as freguesias em algumas situações recorrer a ele, e estamos a falar em obras, intempéries que acontecem, em necessidades humanas e outras tantas mais e que nós obviamente acorreremos. E também a forma como o fazemos, é a forma como atualmente é possível e de acordo com as regras da transparência da administração pública, porque tudo o que as juntas de freguesia nos pedem habitualmente e em todas as sessões de câmara é aprovado, como por exemplo areia, tintas, ou outros materiais, tudo isto é devidamente contabilizado porque são muitos mais recursos para além destas verbas que nós anualmente atribuímos às juntas de freguesia e isso para nós é claro. Mas também dizer aqui, e já foi dito várias vezes, que atribuímos transferências a outras instituições e associações, e nós temos felizmente um movimento associativo que é muito significativo e começando pelas IPSS,s que felizmente temos nove misericórdias e outras IPSS,s que não a nível das misericórdias e são instituições que estão nas nossas freguesias e que têm uma função importante junto das pessoas e mesmo as suas administrações não são remunerados e têm um papel absolutamente importante para com as nossas populações, portanto não podemos descurar essas instituições, assim como as nossas associações culturais e desportivas que nós entendemos serem entidades que junto da população fazem um papel absolutamente crucial.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIA/UNIÕES DE FREGUESIAS PARA ATIVIDADE CORRENTE E INVESTIMENTOS, tendo sido apurado o seguinte resultado:



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: dois – Paulo Batista e Filipe Carvalho;

Votos a favor: vinte e quatro.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, DOIS VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA ÀS TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS/UNIÕES DE FREGUESIAS PARA ATIVIDADE CORRENTE E INVESTIMENTOS.”**

Terminada a discussão dos assuntos da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia informou que se iriam votar as moções apresentadas pelos senhores deputados no período Antes da Ordem do Dia e que foram numeradas conforme a ordem de apresentação.

Assim a primeira moção a ser votada è a Moção A “SOBRE A PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS” e que foi obtido o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado a Moção A foi aprovada por UNANIMIDADE.

De seguida foi votada a Moção B “SOBRE A PROBLEMÁTICA DA CENTRAL NUCLEAR DE ALMARAZ EM ESPANHA” e foi apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado a Moção B foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor deputado Paulo Batista solicitou a palavra para se pronunciar sobre a moção C e disse que “no caso desta moção e apenas pelo facto de fazer considerações de carácter técnico que nós não podemos neste momento aferir da veracidade das mesmas, não questionando a sua apresentação, é a única razão que nos impede de votar favoravelmente a moção.”

A senhora deputada Maria de Lurdes Boavida, autora da Moção disse que “ para esclarecer o senhor deputado Paulo Batista informo que os pareceres técnicos que estão escritos na Moção não foram da nossa autoria, foram pedidos a técnicos credenciados.”

De seguida foi votada a Moção C “ PELA DEFESA DO RIO TEJO”, que obteve o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: duas- Paulo Batista e Filipe Carvalho;

Votos a favor: vinte e quatro.

Em face deste resultado a Moção C foi aprovada por MAIORIA.

De seguida foi votada a Moção D “TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, que obteve o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: duas- Paulo Batista e Filipe Carvalho;

Votos a favor: vinte e quatro.

Em face deste resultado a Moção D foi aprovada por MAIORIA.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 23 DE 25-02-2017**

O senhor Presidente da Assembleia disse que antes de dar a palavra ao público iria fazer uma breve abordagem sobre um assunto que no ano passado por esta altura também foi discutido aqui na assembleia e tem a ver com uma notícia saída nos jornais e que este ano também já saiu, e que levantou aqui algum alarido político entre os deputados da oposição e a Câmara Municipal e tem a ver com o índice de transparência promovido por uma associação cívica que tem por nome Associação Cívica e Transparência e Integridade. Se bem se lembram os senhores deputados que estavam presentes nessa assembleia a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova tinha no ano passado uma notação, entre os trezentos e oito municípios, no lugar trezentos e um, ou seja nos últimos lugares dessa tabela e numa pontuação de um a cem, atingimos uma notação de 15,38%. Pois bem, depois da informação que aqui foi prestada e do conteúdo desta Associação e do compromisso assumido logo nessa altura pela Câmara Municipal de melhorar esta situação, eu só me posso congratular este ano, por esta mesma Associação e com os mesmos parâmetros do ano anterior, classificou o Município de Idanha-a-Nova no lugar oitenta e quatro, ou seja de uma situação de estarmos quase em último na tabela, passamos para o primeiro terço dessa mesma tabela.

Isto deve-se simplesmente na minha opinião ao trabalho que o gabinete de apoio ao senhor Presidente da Câmara tem feito para que esta situação se invertesse, daí os meus parabéns, obviamente, por este trabalho à Cristina, ao Tiago e ao Gonçalo e a todos os funcionários que de algum modo contribuíram para que se invertesse esta tendência, mas atenção que não está tudo feito porque se o primeiro município que integra esta lista é um município do Partido Socialista, Alfandega da Fé, mas só por essa razão dizer-vos, por exemplo, Lisboa ocupa o lugar cento trinta e sete, o Porto é o cento quarenta e um, Évora cento cinquenta e seis, Coimbra duzentos e dezoito, para não mencionar outros. Mas uma coisa é certa é necessário continuar a trabalhar para melhorar ainda mais esta nossa situação.

Terminada a discussão dos assuntos da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia em cumprimento do estipulado no Regimento da Assembleia, solicitou se alguém do público queria tomar a palavra.

Não houve qualquer pedido para uso da palavra por parte do público presente.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.